*A picture containing text

Description automatically generated*

*This is an Accepted Manuscript of an article published by Lise Sedrez and Natasha Barbosa in Letra e Voz in 2019, available online:* [*https://www.letraevoz.com.br/produtos/historia-oral-e-direito-a-cidade-andrea-casa-nova-maia/*](https://www.letraevoz.com.br/produtos/historia-oral-e-direito-a-cidade-andrea-casa-nova-maia/)*, ISBN: 978-85-93467-26-4*

***Cite this chapter as:***

Sedrez, L. and Barbosa, N. (2019). Narrativas na Babilônia: Uma Experiência de História Oral e História Ambiental, Reflorestamento E Comunidade (1985-2015), In: Andrea Casa Nova Maia (Ed), *História Oral E Direito À Cidade. Paisagens urbanas, narrativas e memória social.* Letra e Voz.

*The OCC repository is for educational and research purposes. Only for individual use. Do not share.*

NARRATIVAS NA BABILÔNIA:

Uma experiência de história oral e história ambiental, reflorestamento e comunidade (1985-2015)[[1]](#footnote-1)

Lise Sedrez

Natasha Augusto Barbosa

Lá atrás, e eu era uma dessas pessoas, eu particularmente, não gostava das pessoas no reflorestamento. Não queria que as pessoas da comunidade entrassem no reflorestamento.

(Luiz Lourenço, engenheiro florestal, Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente, 2019)

Há uma floresta no alto do Morro da Babilônia. Mas é uma floresta especial, resultado de um "mutirão de reflorestamento". Alguém a colocou lá. E alguém continua a nutrindo aquela floresta, com cuidados, atenção, ciência e sonhos. A floresta do Morro da Babilônia pode ser lida na paisagem, que revela um dos cartões postais mais celebrados do Rio de Janeiro, encontrada nos relatórios técnicos dos órgãos governamentais que desenharam as políticas ambientais da cidade, percebidas no microclima da região, com uma pujante nova / milenar biodiversidade atlântica. Pode igualmente ser reconhecida na memória dos habitantes do Morro da Babilônia que plantaram, cuidaram e conviveram com a floresta. Para entender as relações entre sociedade e natureza no espaço urbano, a história ambiental urbana necessita fazer perguntas à paisagem, aos arquivos, à biodiversidade. Mas precisa também identificar a memória que se cria *sobre* a floresta urbana, pelos criadores da floresta urbana. Esta memória é fundamental para entender a interação da comunidade local com o espaço biofísico, pois é por meio dessa interação que se estabelecem os parâmetros de direito à cidade – e de direito à natureza urbana.

O Morro da Babilônia, localizado em Copacabana, Rio de Janeiro, tem uma história própria de ocupação, crescimento e criatividade comunitária. A origem da atual comunidade remonta ao século XIX, talvez um quilombo urbano como tantos outros, com casebres substituindo trechos de suntuosa Mata Atlântica. Ao longo do século XX, a memória dos moradores revela uma relação ambígua com o entorno florestal e urbano, de aceitação e rejeição, e, finalmente, de uma experiência bem-sucedida de reflorestamento.

O projeto de reflorestamento é em si recente - os primeiros passos efetivos, como veremos, são de fins do século XX, na década de 1980. É uma história do tempo presente, mas uma história de árvores, de moradias precárias, de políticas pouco prioritárias, de lutas de agentes municipais de nível médio, e um pouco de sua própria conjuntura. É, ao mesmo tempo, um caso ideal para combinar história oral e história ambiental.

Para uma disciplina que insiste que as relações sociais são inseparáveis do mundo biofísico, história ambiental tem permanecido por demais ao largo das promessas e desafios que a história oral carrega, com honrosas exceções. Em 2004, Jan Oosthoek assim resumiu,em sua participação em uma mesa redonda no encontro anual da European Society for Environmental History, como via o papel da história oral para a história ambiental: inexplorado[[2]](#footnote-2). Uma década depois, foi a vez da revista canadense *Oral History Forum d'histoire Orale* publicar um número especial sobre história ambiental [[3]](#footnote-3). Mais diretamente, duas obras nos últimos anos exploraram as conexões entre história oral e história ambiental.

A primeira, editada por Katie Holmes Heather Goodall (2017), reúne trabalhos de historiadores ambientais que utilizam história oral para construir narrativas ricas e complexas sobre comunidades da Ásia, África e Oceania. Os capítulos dialogam com estudos pós-coloniais e ressaltam o papel de comunidades locais para desafiar narrativas tradicionais do passado colonial sobre lugar, práticas e mundo biofísico. Holmes e Goodall sublinham as formas pelas quais experiências de história oral questionam conceitos como poluição, bem viver e conservação como estabelecidos pelo senso comum. Isto é, comunidades removidas de áreas poluídas de Bangladesh, por exemplo, terminam por aumentar a pressão sobre áreas verdes urbanas, e lembram com certo romantismo os rios definidos como poluídos pela municipalidade. Não se trata, logicamente, de propor uma maior tolerância à poluição. Trata-se, contudo, de entender que as relações de lugar e comunidade, de direito ao espaço urbano, são mais complexas do que indicadores ambientais permitiriam.

A segunda obras é o artigo de Brian Williams e Mark Riley (2019) que aborda as conexões entre história ambiental e história oral sob uma perspectiva mais teórica. Os autores argumentam que a história oral pode contribuir com a história ambiental em três perspectivas importantes: conhecimento, práticas e poder. Obviamente interligadas, as três perspectivas permitem entender algumas das potencialidades da história oral na construção de narrativas sobre o meio ambiente e a sociedade. Por conhecimento, os autores sugerem que a história oral descortina uma memória de ambientes passados por aqueles que ocupavam esses lugares de estudo; por práticas, como essas comunidades trabalhavam e viviam em um meio ambiente dinâmico; finalmente, por poder, a desigualdade de acesso a recursos naturais e os conflitos que se estabelecem nas disputas por esses recursos.

Essas duas obras servem como inspiração para nosso trabalho no Morro da Babilônia. Elas também sugerem, em termos de metodologia, diretrizes de encorajamento e precaução. Três elementos importantes de nosso trabalho decorrem da leitura dessas obras. Em primeiro lugar, a importância de contextualizar as nossas fontes orais e cotejá-las com outras fontes. A história oral não substitui os arquivos, mas oferece novas lentes para examiná-los. Assim, nossa equipe mergulhou em periódicos e diários em busca de notícias sobre o Morro da Babilônia, suas origens e suas naturezas. Os *bytes* dos arquivos digitalizados substituíram a poeira das antigas e românticas hemerotecas, mas a pesquisa destas vozes do passado permanece fundamental. Em segundo lugar, a história oral transforma a perspectiva de lugar, um conceito caro à história ambiental [[4]](#footnote-4). Deixando momentaneamente para trás os arquivos, subimos o Morro da Babilônia para nossas entrevistas. Percorremos as trilhas e passagens das casas e da floresta replantada para conceber os roteiros de perguntas. Vimos jibóias, novss moradores atraídas pelo projeto de reflorestamento, não muito longe de áreas com mais de cem anos de ocupação, no alto do Morro, onde as casas de sapê deram lugar ao tijolo e concreto, sempre marcadas pela precariedade da moradia. Finalmente, como apontam corretamente Holmes e Goodall (2017), adotamos a flexibilidade como padrão quanto aos tipos de entrevistas que conduzimos. Algumas foram conversas individuais; outras, reuniões técnicas com grupos focais; e, outras ainda, rodas coletivas com trabalhadoras locais. O entrevistador se adaptava ao entrevistado, e não o contrário. Assim, este texto coteja entrevistas coletivas dos moradores mais antigos da comunidade com pesquisas arquivística, em particular de jornais. Também ouvimos os trabalhadores do projeto de reflorestamento, uma ação conjunta da Prefeitura do Rio de Janeiro, iniciativa privada e sociedade civil, sobre suas percepções da natureza urbana no Morro da Babilônia e suas expectativas sobre o significado do projeto para a comunidade.

Nesta pesquisa, buscamos nos arquivos e bibliotecas os registros das primeiras atividades de ocupação do Morro Babilônia. A presença militar aqui se estabelece como pioneira, após a chegada dos europeus, através do estabelecimento, no século XVIII, de fortificações que protegeriam a cidade de possíveis invasões. Segundo Ana Carolina Botelho (2016), citando o historiador Adler Homero Castro, existia uma bateria que tomava a ladeira do Leme, e que dispunha de um caminho até Botafogo, do período do governo do Marquês de Lavradio (1769-1778). Esta bateria ganhou uma posição complementar em 1822, o Forte do Leme, construído no mesmo local [[5]](#footnote-5).

As transformações urbanas que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro, com suas pretensões de salubridade e modernidade, também incentivaram novas ocupações no Morro Babilônia. As moradias dos pobres urbanos cariocas eram em grande parte os cortiços e os morros, espaços de pouca infraestrutura, porém acessíveis financeiramente. As transformações ocorridas na cidade do Rio acabaram por viabilizar a informalidade habitacional, tornando-se símbolo do que se tentava tentativa erradicar (Abreu & Vaz, 1991).

De fato, em 2 de junho de 1907, o Morro da Babilônia tornou-se notícia de capa do jornal *Correio da Manhã,* devido à sua ocupação. A matéria destacava a beleza da paisagem e a miséria que subia o morro. A miséria retratada na reportagem correspondia à "pobre gente sem-lar, que ficou exposta ao tempo, expulsa do casebre em que vivia por intimação do progresso", e aos poucos foi ocuparando o morro. O progresso da cidade moderna onde “ as antigas trilhas, dantes aprisionados pelas recovas, alargaram-se em estradas, em ruas por onde deslizam os bondes elétricos” Nele o jornalista encontra um ex-praça do batalhão de engenheiros, José Carlos de Andrade, que, não podendo arcar com os custos de vida da cidadde, “ recolheu-se à montanha”. Disse estra no morro há 14 anos, e vende bengalas “cá abaixo”, e quando sua roça vai bem, sua companheira desce para fazer vendas em Copacabana [[6]](#footnote-6).

Os jornais escrevem sobre o Morro da Babilônia como se fosse a síntese dos muitos problemas urbanos reunidos em um só lugar: a “favela” - ainda entre aspas, ainda não substantivada. É um tipo imaginário que se apresentava como a antítese da cidade dita formal. Assim, na matéria do *Correio da Manhã* de 16 de dezembro de 1915, os “favelados” do Morro da Babilônia aparecem como gente da “peor” espécie que prejudicariam a higiene e a estética do recanto que atraía muitos pel beleza.

Os moradores do Leme estão condenados a ver suas propriedades danificadas e suas vidas ameaçadas sem que uma providência se fça sentir por parte daquelles a quem cumpre zelá-las e a garanti-las. (...) aglomeração de casebres construídos de latas e caixas de kerosene, habitado por gente da peor espécie e sem profissão, prejudicando, desse modo as condições higienistas e de salubridade do local, e a esthetica daquele recanto, tão procurado devido a exuberância de sua vegetação [[7]](#footnote-7).

Cinquenta anos depois, as comunidades dos morros – inclusive do Morro da Babilônia - voltam às manchetes como lugares de risco. Não somente risco de doenças e de insalubridade, como nas notícias acima, mas também de deslizamentos pelas chuvas torrenciais. As chuvas de 1966 marcaram o Rio de Janeiro como algumas das piores tempestades de sua história (Sedrez & Maia, 2011). Mas não são exatamente as chuvas que constituem os desastres. Fortes chuvas são parte da história do Rio de Janeiro. Tragédias que envolvem fenômenos naturais devem ser compreendidas em um contexto de diferenciação no espaço urbano quanto à vulnerabilidade, que podemos nomear de socioambiental. Em outras palavras, não foram as chuvas que causaram a precariedade habitacional que assustava os moradores do Morro Babilônia – mas sim decisões políticas, urbanas e históricas. O desastre socioambiental, portanto, é um processo que se inicia desde de muito antes que as chuvas caíssem sobre a cidade (Sedrez, 2013).

Nesse cenário de morros deslizando sobre a cidade, uma imagem forte que marcou a memória coletiva dos cariocas, a mobilização por ações públicas que removessem as favelas e recuperassem as encostas ganhou força. Segundo reportagens veiculadas no jornal *O Globo* (01 abr. 1969; 18 set. 1969), o Instituto de Geotécnica, criado exatamente após as chuvas de 1966-1967, iniciou a contenção das encostas da cidade, tanto com obras estruturais, quanto com um plano para evitar erosões e deslizamentos causados ​​pelas chuvas. Ainda em 1969, paralelamente, o Instituto iniciou o reflorestamento de uma área de 340 mil m², incluindo áreas do Morro da Babilônia. Para o andamento do projeto, alguns moradores foram removidos para os conjuntos habitacionais da Cidade de Deus ou Vila Kennedy. Entrevistados pelos jornais, eles não escondiam a preocupação "pelos problemas que passarão a enfrentar morando longe dos seus empregos e da praia de Copacabana"[[8]](#footnote-8).

O processo iniciado pelo Instituto de Geotécnica em 1969 pode ser considerado um prenúncio para o que, na década de 1980, seria o Programa Mutirão de Reflorestamento. Segundo divulgação da própria Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o Mutirão nasceu a partir de uma preocupação do poder público quanto à melhoria da qualidade de vida da população carente que ocupava áreas irregulares, como os morros. Assim, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro iniciou o Programa Mutirão, que objetivava a urbanização de comunidades com mão-de-obra local. Já em 1986, o aumento do número de favelas e o perigo de deslizamentos fez com que o reflorestamento fosse integrado ao projeto inicial. Em 1994, o Mutirão Reflorestamento passa à Coordenadoria de Recuperação Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC), com aumento do número de frentes de trabalho[[9]](#footnote-9).

O Projeto Mutirão chegou ao Morro da Babilônia em 28 de julho de 1995, com o plantio de 21.600 mudas. Pouco depois, em 2001, uma ação civil pública forçou o Shopping Center Rio Sul, processado por degradar uma área protegida para ampliação de seu estacionamento, a firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com as associações de moradores locais. O TAC tinha por objetivo a recuperação e preservação ambiental dos Morros da Babilônia e São João, com a implantação e manutenção de áreas reflorestadas pela SMAC.

Este é o contexto do início do projeto Mutirão de Reflorestamento no Morro da Babilônia, e o que queríamos revisitar com nossas entrevistas. Nosso objetivo não era obter mais dados mais objetivos que podessem ter escapado aos arquivos, mas entender como as pessoas envolvidas no projeto, moradores e funcionários públicos, lembravam do projeto como elemento constituinte da relação entre a comunidade e o meio biofísico.

Para este objetivo, a história oral foi fundamental, inclusive pelas reflexões que provoca sobre o conceito de memória e de passado histórico. A relação entre História e Memória se faz pelo partilhamento do passado. A História propõe inteligibilidade e reflexão dos processos, enquanto a Memória é um mecanismo subjetivo que fornece relatos, coletivos ou individuais, contribui com novas perspectivas sobre os mesmos processos. Assim, esta última passa se torna domínio de investigação da primeira, como argumenta Enzo Traverso (2012, p. 22 - 3). A memória, sempre suscitada pelo presente, através de fontes orais, nos permite acessar arquivos pessoais que residem entre lembrança e o esquecimento, diz Lucília Almeida Neves Delgado (2010, 20 - 30). Mais diretamente relacionada à nossa pesquisa, como argumentam Holmes Goodall (2017), a história oral sublinha a importância da memória “para as histórias que homens e mulheres comuns contam sobre os ambientes nos quais se movem ou cruzam”.

Buscando registrar essas histórias contadas, esses “arquivos pessoais” ainda não escritos, realizamos entrevistas com oito moradoras do Morro da Babilônia, e com dois técnicos municipais que participaram do projeto inicial na então Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC).

No Morro Babilônia, as entrevistas se deram através de contato com o presidente da cooperativa de reflorestamento, CoopBabilônia, Carlos Antônio, mais conhecido como Palô. Em nosso contato preliminar, todas as diretrizes e objetivos do projeto foram expostas, assim como a relevância dos depoimentos dos moradores. A partir deste ponto, ficou estabelecido que as entrevistas aconteceriam de modo coletico com senhoras da comunidade, em uma roda de conversa. As três entrevistadoras também eram mulheres, e esperávamos criar bases de confiança ocupando um lugar tradicionalmente feminino: uma cozinha. Deve-se levar em consideração que não tivemos oportunidade de conversar previamente com as informantes, e, portanto, questões de confiança eram bastante delicadas no momento. Em janeiro de 2019, data desta entrevista coletiva, a comunidade ainda relembrava ressabiada de momentos de violência ocorridos em maio do ano anterior, em uma disputa entre dois grupos criminosos rivais. A convivência na comunidade destes vários grupos de interesse era tensa, e nosso papel de entrevistadoras visto como um elemento desconhecido num labirinto já complexo.

O da Morro Babilônia está dividido em duas favelas, a da Babilônia e o Chapéu Mangueira, nomeado desta forma em vistude da promessa de instalação de uma fábrica de chapéus de mesmo nome, o que nunca se realizou. Há ainda a placa do empreendimento, que atualmente alude ao nome do lugar, bem como a delimitação das entradas de cada comunidade. A longa convivência das duas comunidades é marcada por momentos de aproximação e distanciamento – e os últimos anos têm sido de quase isolamento. Fomos recebidas na quadra esportiva do Chapéu Quadra, lugar de lazer das crianças das comunidades, e que no período da entrevista sediava uma colônia de férias. A colônia de férias, de fato, é uma das poucas atividades em conjunto das duas comunidades. Especificamente, fomos recebidos na cozinha – as nossas informantes trabalhavam em várias atividades para a colônia de férias, e algumas eram do Chapéu Mangueira e outras da Babilônia. No total, seis mulheres concordaram em compartilhar conosco seus saberes e olhares sobre o Projeto Mutirão, durante a pausa nos seus trabalhos com as crianças[[10]](#footnote-10). Outras duas mulheres preferiram não participar inicialmente, mas, na medida em que a conversa avançava, elas também fizeram comentários e sugestões.

Este modelo de entrevista, quase roda de conversa, foi especialmente útil para “desarmar” resistências. As informantes podiam participar ou se calar como quisessem. Ao mesmo tempo, ajudavam-se mutuamente a recordar histórias. Em casos de história ambiental, esterecordar-se mutuamente se baseia na experiência do compartilhamento de um mesmo espaço biofísico. De fato, apenas uma das informantes participara diretamente do Projeto Mutirão, e poderia serentrevistada posteriormente, em separado. Nesta ocasião, nosso objetivo na entrevista era entender a relação dos moradores da comunidade com as dinâmicas do meio biofísico e suas transformações ao longo dos anos.

O projeto *Occupy Climate Change!*, que originou nosso trabalho, está particularmente interessado em questões climáticas e atividades comunitárias. No entanto, conceitos como microclima ou aquecimento global não necessariamente parte do vocabulário cotidiano da população carioca. Decidimos então começar por perguntas sobre o quanto valorizavam a floresta do local onde moravam. As percepções quanto à floresta e aos benefícios do reflorestamento se mostraram muito relacionadas ao clima, ao bem-estar que se tem no morro frente ao calor de outras regiões, como neste trecho:

Sandra: Sim, é importante... Oxigênio, frescor. Nossa, você volta, pega uma condução e vai para a Zona Norte que tem pouca árvore, quando você volta, vem de condução que você pega o Aterro do Flamengo, você já se sente assim, nossa, volta à civilização. Você respira, o ar é diferente. (risos)

Luiza: É diferente.

Sandra: É diferente, é diferente, é diferente. Independente de aqui tá calor, lá em Caxias tá pior, muito pior.

Mais tarde, voltamos a perguntar sobre fenômenos naturais locais, como erosão e chuvas. Perguntamos sobre chuvas específicas que elas lembrassem. Os depoimentos então se referiram a um forte temporal no ano de 1989, com um desabamento que deixou vítimas fatais. A data, crítica para a história da comunidade, era também lembrada no corpo de uma das entrevistadas – se recorda bem da data porque estava de “resguardo pelo seu filho". Outra informante também lembra que "se salvou por pouco de não ter sido ela também levada no deslizamento, pois havia marcado um café na casa da comadre que teve a casa arrastada pela enxurrada". As relações sociais da comunidade - gravidez, visita aos vizinhos, expectativas frustradas - marcam a lembrança dos eventos socioambientais e a forma como eles entrelaçam mundo biofísico e mundo social.

Entrevistador: E essas casas que caíram? Elas eram bem no centro, bem no centro da comunidade ou era assim mais perto do mato?

Luiza: Era lá em cima, pra cima da associação.

Entrevistador: Mais pra cima da associação?

(...)

Maria: Se eu tivesse ido para o lanche com a menina, eu também tinha ido. E, além do mais, ela... eu ainda fui fazer visita, ela tava com a [curativo]... |Tinha raspado a cabeça, tava lá porque quebrou o pescoço, que não podia mexer, porque só os bombeiros podia mexer, mas o bombeiro não vinha, aí as pessoas foram socorrer, né? Quer dizer, do jeito que pegaram deve ter quebrado a espinha, aí ficou lá no [Hospital] Souza Aguiar... Machucado que nem limparam. Só sei que ela sofreu um pouco. Aí ela falou pra mim, que me chamava de "Paraíba": "Paraíba, eu tava fazendo um bolo pra gente lanchar. Eu não sei o que aconteceu mais, eu sei que o bolo tava dentro no forno". E assim aconteceu o primeiro desastre aqui. Eu me lembro.

Entrevistador: Isso a gente tá falando de 89? Pode ser que seja 94?[[11]](#footnote-11)

Maria: Não, 89, né?

Paula: Não, foi em 1989 que tem a idade do meu filho, eu tava de resguardo.

Das seis mulheres que entrevistamos, apenas Maria, 78 anos, é nascida e criada no Morro da Babilônia desde que nasceu. Suas memórias, intercruzadas com nossa pesquisa em arquivos, recuperam a presença militar. Maria contou que no tempo dos militares construir casas não era uma tarefa fácil, pois haviancerto controle do exército para que as casas não fossem ampliadas. Por ilação, concluímos que a presença militar controlava não só a ampliação das construções individuais, mas a expansão da favela como um todo.

Maria: Eu lembro que quando eu era pequena, aqui eram os militares que tomavam conta. Então não podia fazer casa, era casa de estuque, mais não podia fazer, aumentar, nada. Se aumentasse, eles vinham e derrubavam. Então tinha que ficar com um monte de filho num quartinho pequenininho, e era assim. Entendeu?

Este tema - controle do crescimento da favela do Morro da Babilônia - é um ponto de cruzamento para outra modalidade de entrevistas, que realizamos no mesmo mês, janeiro de 2019, com dois funcionários técnicos da atual Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente (Seconserma). Aqui também o lugar da entrevista é importante. Ao invés de uma cozinha, nos reunimos em uma sala na Prefeitura do Rio de Janeiro que tem abrigado o projeto Mutirão desde os tempos em que a Secretaria era SMAC. Cláudia Ribeiro França e Luiz Carlos Pereira Lourenço são ambos engenheiros florestais que participaram do Projeto desde a sua criação. De acordo com França e Lourenço, o reflorestamento surge inicialmente com o objetivo de controlar também a expansão das favelas. Como diz Lourenço, “se eu plantar a montante desta comunidade, é primeira,, a comunidade não vai crescer, porque tem uma floresta lá”.

Nesta mesma entrevista, eles revelam que a ideia de reflorestamento surge em um segundo momento do Projeto Mutirão. De fato, o Projeto nasce inicialmente em uma Secretaria de Assistência Social. A comunidade é chamada para fornecer basicamente a mão-de-obra para urbanização e benefícios locais, enquanto a prefeitura fornece orientação técnica. Assim os informantes descrevem o início do Projeto Mutirão :

Luiz Lourenço: Então, vamos lá! O Mutirão, não necessariamente, o programa, esse projeto Mutirão nasceu em 86 né Cláudia? [inaudível]

Luiz Lourenço: Na extinta Secretaria Municipal de Assistência Social, que hoje é a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. É, ele nasceu da seguinte ideia, uma comunidade carente em que as pessoas por conta própria constroem. Construíam escada, esgoto, para melhorar a comunidade. Só o que acontecia? Você tá fazendo a escada, e a escada chegou na sua casa, acabou. Não é mais meu problema né. A prefeitura entendeu que se ela passasse a fazer esse mutirão remunerado ela poderia cobrar por isso. Ter condições de que o serviço andasse, de um mínimo de produtividade, qualidade, de tudo. Aí a prefeitura passou a fornecer material, e as associações de moradores, e tudo mais, conhecer as pessoas e os técnicos da prefeitura davam apoio técnico, “*ó a escada tem que ser assim*”. “*Isso é assim, assim”*. “*O esgoto, o cano têm que ser assim...*”.

Cláudia França: Creche também.

Luiz Lourenço Creche também, né. E por aí vai. E lá em 86, eu acho que alguém teve a ideia, a santa ideia, por que não incluir um reflorestamento? Não porque lá trás alguém tivesse uma visão ambiental. Era assim, se eu plantar a montante dessa comunidade, é primeira, a comunidade não vai crescer, porque tem uma floresta lá, e é mais fácil de tomar conta do que se fosse um capim. E eu vou criar uma estrutura de segurança para a comunidade, porque eu tenho ali uma floresta que vai aumentar a infiltração, diminuir o escoamento superficial de água, quer dizer, invés da água correr tudo de uma vez, ela vai correr aos poucos.

De acordo com os técnicos, sua relação com a comunidade tem se dado em diálogo, tentando estabelecer pontos de plantio que sejam bons para o reflorestamento e para a comunidade. Esperava-se com isso atrais a atenção dos moradores para participarem, se envolverem e valorizarem a ação do Mutirão. A visão técnica nem sempre condizia a expectativas dos moradores, especialmente sobre o que plantar.

O tipo de pergunta nesta entrevista tem que ser necessariamente diferente. A confiança com os moradores se construiu na conversa conjunta, nas perguntas sobre lembranças compartilhadas, sobre a experiência de vivência naquele ambiente biofísico, deixando que as próprias informantes definissem o vocabulário da entrevista. Já com os técnicos, a confiança se construiu por outro tipo de vocabulário compartilhado: o técnico. As perguntas daa historiadora ambiental evocam memórias, mas evocam também a *expertise* do profissional – admitindo que a sua análise hoje pode ser diferentedaquela que ele/ela faria no momento lembrado. O informante é avisado sobre o diapasão da pergunta logo no início:

Entrevistadora: Então, deixa eu te perguntar algumas coisas mais técnicas. Uma floresta urbana, é uma floresta planejada, você usa as coisas que tem no local, mas você também tem funções, é uma floresta que vai conviver com a sociedade. Quais são os critérios que vocês têm no projeto para uma floresta urbana?

Na resposta, Lourenço mostra alguns dilemas do Projeto e sua própria trajetória profissional. O Projeto não pode considerar somente um tipo de saber - Engenharia Ambiental. Ele é também um projeto político, e tem que considerar a comunidade como parceiro. Lourenço precisou achar um equilíbrio para esta dupla função: engenheiro florestal e funcionário da prefeitura.

Luiz Lourenço: O primeiro passo é, tem que usar mão de obra da comunidade. No caso do Mutirão de Reflorestamento, a gente tem a necessidade de montar uma floresta a montante de uma comunidade. Porque a única justificativa trabalhista, técnico trabalhista, para poder usar o Mutirão, as pessoas não tem carteira assinada, não tem nada. Assim, não posso fazer onde eu quero, primeiro passo é esse. Somado, a gente sempre precisa que a associação de moradores procure a gente. Por mais que eu goste daquela área para trabalhar, o pedido tem que partir da associação, entendeu? É até uma questão da gente dar apoio a associação de moradores.

Daí a epígrafe deste texto, que mostra a transformação mesma do profissional. Se no início ele vê a comunidade como um mal necessário, por vezes um empecilho para a execução de um trabalho eminentemente técnico, ao longo do Projeto sua perspectiva muda, e a comunidade passa a ser cobiçada parceria. E por conta dessa parceria vale até flexibilizar o Projeto.

Luiz Lourenço: Lá trás, e eu era uma dessas pessoas, eu particularmente, não gostava das pessoas no reflorestamento. Não queria que as pessoas da comunidade entrassem no reflorestamento.

Entrevistadora: Deixa a gente fazer o trabalho da gente...

Luiz Lourenço: Não vem pisar nas minhas mudas! [risos] Você tá atrapalhando! “*Eu queria que plantasse jaca, eu queria que plantasse laranja...*”

Cláudia França: É, os pedidos sempre são esses! Plantar frutíferas...

Luiz Lourenço: Frutíferas tradicionais. E a gente evoluiu, planta frutífera, mas não faço tudo o que eles querem. Hoje eu já consigo ver isso com outros olhos. Eu tentava pensar como eu posso trazer o pessoal, assim? A minha ideia era comprar o pessoal do Mutirão, comprar a ideia da floresta, e eles levarem para a comunidade. Mas que eles percebam que o clima ficou melhor, que não tá deslizando(...), mas não vem mexer na floresta, não vem perturbar. Porque já é um trabalho pesado, árduo, carregar muda, cortar capim... É complicado. Uma pessoa passa ali, pisa numa muda que eu sei, e o pessoal do campo, sabe quanto trabalho deu para plantar aquela muda ali. Hoje eu já consigo vislumbrar um pouco mais, tentar. Dependendo da situação a gente precisa fazer um pomar, a gente tenta (...).

Afinal, a floresta bem vale uma jaqueira a mais...

França e Lourenço falam do Projeto Mutirão com enorme orgulho, um projeto que sobreviveu a muitas e diferentes administrações municipais. Mesmo com os conflitos que possam surgir dessa relação de interdependência entre os técnicos e moradores, e ainda considerando nesse cenário as questões políticas de manutençã de projetos e verbas, o Mutirão O Reflorestamento é um projeto de sucesso. França e Lourenço listaram os prêmios do Projeto Mutirão : selecionados para o Projeto Mega Cidades, com patrocínio da Organização das Nações Unidas (ONU); relacionado entre as "100 Experiências Brasileiras de Desenvolvimento Sustentável" (1990); vencedor do Prêmio Meio Ambiente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro (1998); vencedor do Projeto Society for Ecological Restoration (1999); a Menção Honrosa no Metropolis Award, em Seul Coréia do Sul (2002); e vários outros. De fato, eles atribuem a longevidade do projeto extamente a esse reconhecimento internacional.

Mas para além disso, França e Lourenço também sublinharam a valorização pela própria comunidade dos benefícios trazidos pelo projeto, como, por exemplo, no microclima. E, ao mesmo tempo, eles reconheceram que o interesse inicial era devido à remuneração pela participação – embora, com o tempo, por ser um trabalho de longo prazo, esse interesse tenha se transformado em defesa apaixonada do projeto. Não há nenhum demérito nisso, eles afirmam.

Entrevistadora: Na verdade assim, a minha visão, é que a maioria dos pedidos das associações é muito mais pensando no emprego, no trabalho.

Cláudia França: É, sim! É a fonte...

Luiz Lourenço: É a fonte de renda para o pessoal. Com o tempo a gente consegue trabalhar isso, e hoje, a gente, pessoal do Mutirão, tem gente que defende, bate no peito e fala que “*fui eu que fiz*”! Ele defende, se alguém tentar desmatar alguma coisa, o cara vai lá... E aqui, você não vai construir não!

Cláudia França: O envolvimento vem com o tempo!

Luiz Lourenço: “*Aqui eu ajudei a criar, você não vai destruir isso aqui não*!”. [Em] alguns lugares não funciona, a comunidade não dá muito certo, mas tem lugares que dá certo! (...).

Lourenço e França reconheceram que os desafios de manutenção das atividades são muitos quando se trata de um projeto de 30 anos, como, por exemplo, a violência e a criminalidade que por vezes ameaçam os técnicos da prefeitura. Mas eles estavam convencidos da necessidade de participação da comunidade quando se desenvolve trabalhos em favalas.

Luiz Lourenço: Não funciona contratar empresa da iniciativa privada para trabalhar... [tem que] ter um reflorestamento em comunidade... [senão] Não funciona.

Entrevistadora: Vocês fizeram isso?

Luiz Lourenço: Tentamos.

Cláudia França: Mesmo contratando a mão de obra local.

Luiz Lourenço: Mesmo contratando a mão de obra local, não funciona porque aí tem que pagar pedágio, e tem que fazer e isso...

Entrevistadora: Pedágio a gente está falando...?

Luiz Lourenço: Pedágio de facção criminosa, entendeu? Tem que... Eu quero que você faça isso, eu quero que você faça aquilo. Fica... Porque assim, quando você pensa “*o poder público já entrou na comunidade, já fez lá o Favela Bairro*”. Primeiro você entra com um pacote gigantesco, enorme, não é uma ação de reflorestamento, é um pacote que assim cobre toda a comunidade, então é muito intenso e você vem, faz e sai. O Mutirão não, o mutirão tem que... Não o mutirão... O projeto de reflorestamento tem que... Ele vai entrar, ele vai plantar, você tem que tem de manter, tem que ir lá cuidar, então você cria uma duração muito longa que cria um ciclo vicioso complicado... Então, não funciona entrar com...

Luiz Lourenço: É, fora de comunidade a gente tem empresas, que já pesquisa, já fez contas, em áreas sem comunidade se consegue fazer. Agora dentro de comunidade, é complicadíssimo.

Esses dois modelos de entrevistas permitem confrontar como os agentes envolvidos veem não só sua ação sobre o ambiente biofísico, mas também as relações que estabelecem entre si. Moradores da comunidade e técnicos da prefeitura têm diferentes percepções sobre suas ações no Morro da Babilônia - mesmo quando atuam sobre um mesmo espaço e com um mesmo objetivo. O reflorestamento, para ser bem-sucedido, depende tanto do engajamento dos moradores, que percebem na floresta os benefícios para a comunidade - como o clima, a segurança contra deslizamentos – como da dedicação dos técnicos da prefeitura. Historiadores ambientais, munidos dos recursos da história oral, buscam identificar tanto o engajamento de uns quanto a dedicação de outros. Com isso observamos a transformação dos moradores da favela do Morro da Babilônia, que passam a valorizar as florestas que plantam; dos técnicos da prefeitura, que passam a valorizar a parceria com a comunidade onde trabalham; e do meio biofísico, que passa a ostentar uma nova cobertura florestal.

As transformações dos moradores, dos técnicos e do mundo biofísico fazem parte de um processo que não apenas reafirma o direito à cidade, mas também o direito à natureza urbana - uma natureza dinâmica, em contínua transformação, masque é fundamental para a entender a experiência do viver urbano.

1. Este capítulo é parte do projeto Occupy Climate Change!, associado ao Environmental Humanities lab, KTH, Estocolmo, Suécia. A pesquisa para este capítulo foi financiada pelo Swedish Research Council for Sustainable Development (FORMAS) através do National Research Programme on Climate (Contrato: 2017-01962\_3). [↑](#footnote-ref-1)
2. “The Role of Oral History in Environmental History". Disponível em: <www.eh-resour-ces.org./role-of-oral-history-in-environmental-history>. Acesso em: 14 fev. 2019. [↑](#footnote-ref-2)
3. Ver, por exemplo, Campbell (2010). [↑](#footnote-ref-3)
4. Para uma discussão de lugar em história ambiental e em história oral, ver Endres (2011). [↑](#footnote-ref-4)
5. O forte, atualmente denominado Forte Duque de Caxias, foi construído no cume do morro do Leme no período de 1913 a 1919. [↑](#footnote-ref-5)
6. *Correio da Manhã, 2 jun.* 1907, p.1. [↑](#footnote-ref-6)
7. *Correio da Manhã,* 16 dez. 1915, p.2. [↑](#footnote-ref-7)
8. *O Globo, 7 out.* 1969, Geral, p.12. [↑](#footnote-ref-8)
9. Disponível em: <www.rio.rj.gov.br/web/smac/recuperacao-ambiental> Acesso em: 19 de agosto de 2019 [↑](#footnote-ref-9)
10. Os nomes das entrevistadas foram preservados, sendo substituídos por nomes fictícios. [↑](#footnote-ref-10)
11. Houve outro episódio de deslizamento de terra na comunidade em 1994, que, no entanto, não foi lembrado pelas informantes. A entrevistadora buscou corroborar as datas, e posteriormente confirmamos que em junho de 1989 houve de fato um deslizamento com vítimas fatais no Morro da Babilônia. [↑](#footnote-ref-11)